

AS IDENTIDADES LINGÜÍSTICAS
DE PROFESSORES E ALUNOS
E SUAS RELAÇÕES COM A NORMA CULTA
E A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA

Mariana Mendes Correa da Costa (UFOP)

marimendescorrea@gmail.com

Clézio Roberto Gonçalves (UFOP)

cleziorob@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho perpassa pelo campo da educação, elucidando as identidades dos sujeitos professores e alunos, que compõem esse espaço, focando principalmente na identidade linguística, para reconhecer como a oralidade pode influenciar a escrita. O objetivo é mostrar que, antes de chegar à escola, o aluno possui uma linguagem que lhe é própria, tendo em vista que o seu primeiro contato com a língua acontece através da fala, sendo esta um traço próprio da identidade de cada indivíduo. Ao ser inserido em um ambiente escolar, muitas vezes o sujeito é confrontado com uma nova concepção de língua, com a qual não estava habituado. Dessa maneira é possível que, em textos escritos, alguns traços da oralidade apareçam; ilustrados neste trabalho com excertos extraídos de textos de alunos que mostram o apagamento do -R em finais de palavras. Tal influência é mostrada com o intuito de fazer uma reflexão sobre como os professores abordam o traço da oralidade na escrita, tendo em vista que o ensino de língua portuguesa, nos níveis de ensino fundamental II e ensino médio, é ainda fortemente ligado à ideia de norma culta, ao falar e escrever bem, explorando muito pouco as variações linguísticas presentes nas salas de aula. Sendo assim, é de extrema importância entender como é que os professores avaliam os alunos e suas respectivas identidades, para que se possa entender como o aprendizado tem se constituído por meio da interação desses sujeitos; verificando se os professores focam em conceitos rígidos e fechados sobre a língua, ou se eles compreendem que é possível ensinar a língua portuguesa, trazendo algumas discussões sobre a enorme variedade da mesma.

Palavras-chave: Professores. Alunos. Identidades. Oralidade. Escrita. Norma culta.

1. Considerações iniciais

O presente artigo pretende dialogar com alguns levantamentos que vem sendo desenvolvidos em uma pesquisa de mestrado³⁴ na linha de pesquisa de linguística aplicada. A referente pesquisa faz uma abordagem sobre o apagamento do -R em finais de palavras, verificando como os professores lidam com esse fenômeno em textos escritos de seus alu-

³⁴ A referida pesquisa começou a ser desenvolvida no ano de 2017.

nos. Dessa forma, em uma primeira parte do artigo, pretende-se mostrar de forma abrangente³⁵, algumas considerações sobre os sujeitos que compõem o ambiente escolar: professores, alunos; dando enfoque nas salas de aula de língua portuguesa.

Neste trabalho, um dos tópicos será para explanar as identidades dos sujeitos, uma vez que, ao chegar à escola, o indivíduo traz as suas particularidades e se vê, muitas vezes, confrontado com um lugar totalmente novo. Sendo assim, é de extrema importância entender como os professores olham para esses alunos e suas respectivas identidades, para que se possa entender como o aprendizado tem se constituído através da interação desses sujeitos. Rodolfo Ilari (2013) argumenta que “(...) um dos principais fatores que levam grupos de indivíduos a se identificarem entre si através da língua, são precisamente as representações compartilhadas, pelo peso que nelas tem o vivido”. (ILARI, 2013, p. 32)

Em um segundo momento, o artigo abordará que a escrita pode vir a apresentar traços da oralidade, mostrando dois exemplos retirados de textos³⁶ de alunos que evidenciam o apagamento do -R e relatos de duas professoras a respeito do assunto. O intuito é mostrar como que as professoras procedem nas correções quando encontram traços da oralidade na escrita, se adotam em suas aulas a norma culta³⁷ ou se há uma discussão a respeito da variação linguística em suas aulas.

Uma vez que a comunicação acontece muito mais pela fala do que pela escrita, o artigo pretende mostrar como as identidades dos sujeitos, principalmente a linguística, podem vir a aparecer em textos escritos, sabendo que o indivíduo possui uma linguagem no seu convívio social diferente da aprendida na escola.

2. *O ambiente escolar: professores, alunos e suas constituições identitárias*

Toda pesquisa desenvolvida em um ambiente escolar dialoga com os sujeitos que as constituem. É preciso entender a relação que há entre

³⁵ Abrangente devido ao fato da pesquisa estar em andamento.

³⁶ Para obter a aprovação na seleção para o mestrado da Universidade Federal de Ouro Preto, alguns levantamentos mostrados neste artigo começaram a ser desenvolvidos no ano de 2016.

³⁷ Tal conceito foi aqui utilizado tomando por base o livro: *Norma Culta Brasileira – Desatando Alguns Nós*, de Carlos Alberto Faraco.

escola, professor e aluno, de forma a compreender como um pode influenciar o outro; tendo em vista que uma das principais formas de aprendizagem do ser humano se dá através da sua inserção no ambiente escolar.

A maioria dos indivíduos vão para a escola desde muito cedo e lá aprendem a conviver com as demais pessoas que a integram. Este é um ambiente que traz muitas significâncias na vida de uma pessoa, pois os sujeitos passam boa parte da vida dentro desses espaços. Dessa forma, a identidade, principalmente a linguística, vai se constituindo por meio da interação entre indivíduo, escola e sociedade.

Hoje em dia, mesmo com a efervescência da globalização trazendo muitas mudanças para o mundo, sobre a qual Stuart Hall (2006) argumenta dizendo que, “as sociedades modernas são, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente” (HALL, 2006, p. 14); parece que, em algumas escolas as mudanças no método de ensino ainda caminham a passos lentos; algumas ainda possuem enraizadas em sua essência o modelo tradicional de ensino³⁸, aquele em que o professor passa o conhecimento e o aluno recebe, não havendo trocas entre professor e aluno, não possibilitando ao aprendiz um conhecimento ativo.

É notório que o momento mais efetivo para se propagar o conhecimento é quando há interação entre aluno e professor, em que ambos possam discutir, argumentar, opinar e dessa forma irem construindo o conhecimento juntos, cada qual com seu posicionamento crítico. Lev Semenovitch Vygotsky, em sua teoria sociointeracionista³⁹, discorre que essa dinâmica é responsável pelo sucesso do aluno.

Ao longo do processo de formação escolar o aluno apreende muito nesse ambiente e espera-se que ele desenvolva competências linguísticas-discursivas para que, ao se formar, esteja apto a ser um cidadão crítico, a dar sentido e significar-se nas mais diversas situações de comunica-

³⁸ Tal comentário é feito tomando como base as experiências em salas de aula de língua portuguesa na cidade de Mariana (MG).

³⁹ “Vygotsky entende o homem e seu desenvolvimento numa perspectiva sociocultural, ou seja, percebe que o homem se constitui na interação com o meio em que está inserido (RESENDE, 2009). Por isso, sua teoria ganhou o nome de socioconstrutivismo, sendo também denominada sociointeracionismo. (...) Vygotsky, em sua teoria socioconstrutivista, afirma que sempre que há um tipo de troca (relação) existe aprendizagem. O homem não é um ser passivo, visto que é um ser que, ao criar cultura, cria a si mesmo.” Disponível em: <http://educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigos/breve-estudo-sobre-lev-vygotsky-e-o-sociointeracionismo>.

ção. No entanto, para que isso ocorra é necessário que haja um método de ensino que contemple e respeite o indivíduo.

O aluno chega à escola tendo um certo conhecimento de sua língua, pois ele a adquire em seus primeiros anos de vida. Mesmo aquele sujeito que nunca passou pela escola é capaz de usar a língua para se manifestar, é capaz de produzir sons e de se fazer entender dentro de sua comunidade linguística, de forma que “(...) todo falante tem na sua língua materna uma primeira orientação para a percepção do mundo”. (ILARI, 2013, p. 19)

Dessa forma, o primeiro canal de comunicação entre os sujeitos tende a ser por meio da oralidade, sendo esta um traço de identidade. Cada ser carrega em sua fala as suas particularidades; “a inserção de qualquer falante na língua é sempre altamente pessoal, circunstancial, é isso que faz da língua um fator de identificação muito eficaz” (ILARI, 2013, p. 29). Essa comunicação se dá pela interação do indivíduo com o meio e, em uma sala de aula, é possível notar a riqueza de palavras que são proferidas por cada aluno. A esse respeito Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004) diz que:

(...) são três os ambientes que uma criança começa a desenvolver o seu processo de sociabilização: a família, os amigos e a escola. Podemos chamar esses ambientes, usando uma terminologia que vem da tradição sociológica, de *domínios sociais*. Um domínio social é um espaço físico onde as pessoas interagem assumindo papéis sociais. Os papéis sociais são um conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas socioculturais. Os papéis sociais são construídos no próprio processo da interação humana. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 23)

Tendo em mente o conceito de *domínios sociais* apontado por Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004), é notório que as identidades se constituem por meio da interação com o outro e dos espaços sociais que eles ocupam. Ao postular um discurso o indivíduo geralmente o faz direcionado para alguém; na escola o aluno o direciona para seus colegas e também ao professor, que é considerado a autoridade máxima dentro da sala de aula.

O professor tende a ser o espelho que o aluno possui; por meio de suas falas e atitudes os alunos tendem a moldar os próprios discursos. Assim sendo, é preciso muita cautela por parte dos educadores para não criarem formas de repressão e estereótipos a fim de propagarem o preconceito em sala. A língua e os alunos estão susceptíveis a diversas mudanças e “todos os membros de uma comunidade linguística conhecem a

língua, mas cada um a conhece concretamente à sua maneira”. (ILARI, 2013, p. 31)

A comunidade, principalmente a grande maioria de pais de alunos, formam uma imagem dos professores de língua portuguesa baseado em um modelo de professor que carregará consigo uma gramática e a fará soberana em suas aulas. Por isso, muitos professores têm dificuldade para fazer aparecer em suas aulas “suas caras”, alguns se sentem reprimidos para criar novas alternativas para se ensinar língua portuguesa.

Marcos Bagno (2004), no capítulo introdutório do livro, *Educação em Língua Materna: A Sociolinguística na Sala de Aula*, de Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004), discorre que apenas recentemente começou “(...) um movimento de transformação desses resultados em instrumental pedagógico capaz de interferir nas práticas de educação linguística, isto é, nas formas de ensinar a língua portuguesa nas escolas”. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 7)

No método educacional o papel do professor é fundamental, é ele quem vai condicionar o aluno a produzir enunciados, que vai estimular o aluno a confrontar-se com questões sociais, políticas, culturais; preparando-o, dessa forma, a se tornar um cidadão pensante, capaz de agir e pensar com facilidade. Os dois devem estar fortemente interligados, cumprindo com o contrato de comunicação e interagindo de forma que o conhecimento seja construído de forma efetiva.

A identidade está relacionada com as práticas sociais. Se os professores conseguirem fazer com que o aluno traga para as discussões os próprios pensamentos, o modo de vida de cada um, de forma com que essas experiências dialoguem com as teorias vistas, certamente haverá aulas cada vez mais produtivas. “Mediante práticas discursivas, os atores sociais constituem o conhecimento, situações, papéis sociais tanto quanto identidades e relações interpessoais entre os vários grupos sociais em ação”. (WODAK, 2000 *apud* MARTINS, 2003, p. 36)

Todo aluno é condicionado a um estímulo e este favorecerá o aprendizado. Na escola o aluno recebe como estímulos textos encontrados no material didático, atividades levadas pelo professor, diálogos com os colegas de classe, dentre outras atividades. Tais práticas motivarão o aluno a dialogar com seu interlocutor, por isso os educadores devem procurar contemplar o seu público.

Stuart Hall (2006) afirma que as mudanças no modo de ser de cada indivíduo começa a partir do momento em que ele sai da zona de conforto e começa a se interrogar sobre diversas questões e o indivíduo sempre estará em busca de respostas, uma vez que nada em sua vida é estável e fixo, dessa forma a identidade dos sujeitos devem ser vistas e entendidas como algo que permanece sempre em mudança.

(...) A identidade (...) permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’. (...) A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*. (HALL, 2006, p. 38-39)

Por meio do pensamento de Stuart Hall (2006), de que cada ser é único e instável, pode-se aplicar esse conceito à língua. Ela também está susceptível a diversas mudanças uma vez que os sujeitos se apropriam dela. Pensando nessa questão o próximo tópico abordará como os traços de oralidade podem estar presentes na escrita, tendo em vista que o sujeito carrega traços de oralidade que podem ser aplicados na escrita.

3. Os traços da oralidade na escrita sob o viés da norma culta e da variação linguística

Na maioria das salas de aula de língua portuguesa no Brasil é notório que os professores ainda se veem confrontados com o ensino puramente gramatical⁴⁰. Parece haver, por parte das escolas e da comunidade, uma cobrança muito grande para que os conteúdos ensinados sejam aqueles que compõem os materiais didáticos dos alunos. Qualquer tentativa de inovação muitas vezes acaba sendo reprimida. Assim, os alunos vão subindo os degraus do aprendizado associando a língua portuguesa como sendo uma disciplina do “falar e escrever bem”. A esse respeito Carlos Alberto Faraco (2008) aponta um conceito pertinente para explicar que há uma

Sra. Dona Norma Culta – assevera categoricamente o que se imagina ser certo e o errado, como se houvesse indiscutível consenso sobre o assunto e fossem claras e precisas as linhas divisórias entre o ‘condenável’ e o ‘aceitável’, entre o que a Sra. Dona Norma Culta ‘aceita’, ‘admite’, ‘exige’ e o que ela ‘condena’, ‘proibe’, ‘não aceita’, ‘não admite’. (FARACO, 2008, p. 25)

⁴⁰ Pretende-se investigar mais a fundo tal apontamento ao longo da pesquisa de Mestrado.

Ao se depararem com essa questão muitos alunos acabam se inibindo em relação ao aprendizado, pois muitos se julgam incapazes de adquirirem a norma culta. André Ricardo Nunes Martins (2003) aponta que alguns professores/pesquisadores já vêm mostrando em suas pesquisas a importância de trazer para as salas de aula discussões referentes à enorme variação da língua e a sua relação com a sociedade; de forma que o aluno entenda que o que ele aprende fora do contexto escolar não é motivo para ele pensar que fala e escreve errado.

Como já mencionado no tópico anterior, o aluno chega à escola com uma enorme variedade em sua fala, uma vez que este é o seu principal mecanismo de comunicação. Quando ele se insere na escola é importante “(...) observar que a transição do domínio do lar para o domínio da escola é também uma transição de uma cultura predominantemente oral para uma cultura permeada pela escrita”. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 24)

Com essa fala de Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004) fica claro que a cultura da escrita é a que mais se sobressai nas aulas, sendo que os principais métodos avaliativos ocorrem por meio da escrita, seja uma prova, um trabalho, uma redação etc. No entanto, é sabido que a oralidade pode influenciar diretamente na escrita. Fenômenos recorrentes da fala são cada vez mais encontrados na escrita dos alunos do ensino fundamental e médio. No campo escolar, tanto a fala, quanto a escrita merecem uma posição de destaque. As duas modalidades estão interligadas e podem influenciar diretamente o sujeito enquanto construtor de sua identidade discursiva.

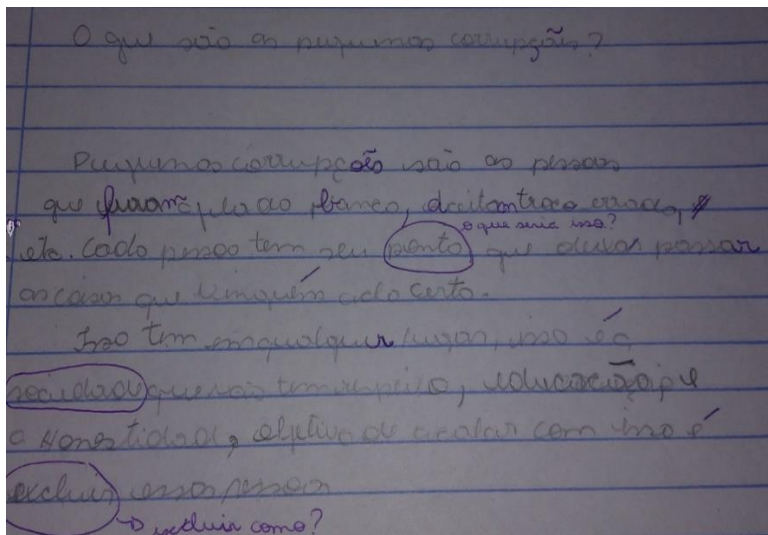
O apagamento do -R em finais de palavras é um traço recorrente da marca da oralidade na escrita. Então, ao falar sobre ele percebe-se que

Há momentos em que o aprendiz suprime ou acrescenta letras ao escrever, porque o faz apoiando-se completamente na fala. Como na sua fala ele deixa de pronunciar determinados sons, na escrita o som suprimido não será contemplado com uma letra para representá-lo, cometendo, portanto, sob o ponto de vista ortográfico, o desvio de omissão de letras. (PINHEIRO, 2014, p. 3)

O principal questionamento que se faz é: como o professor lida com esse fenômeno? Propagando a cultura do certo e errado, permeada pela “Sra. Dona Norma Culta”, a qual Carlos Alberto Faraco (2008) se refere? Ou adotando que há uma variação linguística e que ela pode ser adotada em sala de aula?

Dialogando com essas perguntas e para ilustrar esses questionamentos, dois exemplos extraídos de textos de alunos que faziam aulas particulares, com o intuito de obter uma melhora em suas redações, serão mostrados. Os exemplos consistiram de observações⁴¹ das aulas e, a partir delas, constatou-se que as professoras explicavam o tema da redação; na sequência, o aluno tinha uma hora para escrevê-la. As professoras corrigiam e entregavam a redação na aula seguinte⁴².

Os dois excertos aqui mostrados têm por intuito observar se o apagamento do -R é recorrente e, posteriormente, verificar como as professoras lidam com esses fenômenos em suas aulas. O primeiro excerto abaixo foi retirado de uma redação de um aluno que cursava o 7º ano do ensino fundamental. Ele recebeu um texto de apoio falando sobre pequenas corrupções e, posteriormente, precisava explicar o que seriam as pequenas corrupções para ele:



Nos primeiros dois parágrafos da redação nota-se que o aluno suprimiu o -R nas palavras “passa” e “qualque”. A professora acrescentou o -R com caneta, mas não fez mais nenhuma observação a respeito e nem

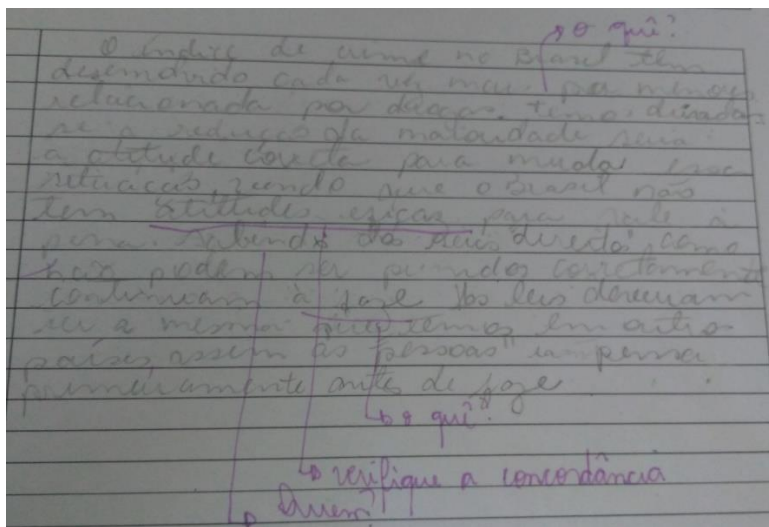
⁴¹ A observação aconteceu no momento em que o pré-projeto de mestrado estava sendo construído, a fim de identificar se o apagamento do -R era recorrente.

⁴² Por motivos éticos os nomes dos alunos e das professoras não serão mencionados.

mencionou os traços da oralidade na escrita. Ela apenas incentivou o aluno a ler mais, devido ao fato dos seus textos serem rasos de conteúdo e o alertou sobre a sua linguagem ser muito informal. Mas, também não entrou em nenhuma explicação sobre o que é uma linguagem formal e informal.

Após o término da aula, em uma conversa informal com a professora, ela destacou que em suas aulas cobra que o aluno tenha um bom embasamento sobre os temas dados, deixando de lado os argumentos de senso comum. Disse que exige que o aluno saiba escrever corretamente, empregando os conceitos gramaticais, evitando ambiguidades. Ao ser questionada sobre o que ela faz quando há o emprego da oralidade na escrita, ela mencionou que nunca deu uma aula que falasse sobre isso, mas que o aluno já subentende que não pode apresentar a fala na escrita, uma vez que ela exige que ele utilize uma linguagem formal em seus textos.

No excerto abaixo a aluna, que já havia concluído o ensino médio, tinha que argumentar sobre a redução da maioria penal, tendo como apoio vários textos lidos em sala e as discussões que surgiram a partir destes:



A aluna construiu a redação em 13 linhas e nesse espaço ela utilizou a não marcação do -R nas seguintes palavras: “muda”, “vale”, “faze” e “pensa”. Em nenhuma dessas palavras houve uma marcação por parte

da professora. Diferentemente do primeiro excerto em que a primeira professora acrescentou o -R, neste exemplo a professora não o fez. Ela apenas grifou uma marcação de plural e fez interrogações, “o quê?” e “quem?”, nas partes que ela não conseguiu entender.

Após o término da aula, a professora foi interrogada sobre essa marca da oralidade na escrita, em particular o apagamento do -R. Ela disse que essa aluna apresenta muita dificuldade gramatical e que já tentou diversas vezes mostrar a ela os erros gramaticais, mas que a aprendiz não conseguia assimilar os conteúdos dados. Então, a professora disse optar por priorizar a análise do conteúdo da escrita como um todo. Ela disse que, em suas redações, considera os erros pouco relevantes, sendo muito mais interessante a argumentação que o aluno utiliza.

Nesses dois excertos mostrados é possível observar que as professoras utilizam métodos de correção diferentes, uma marca o -R, considerando o fato de que o aluno precisa entender que é necessário respeitar a linguagem formal e que esse -R faz parte da linguagem formal. No segundo excerto a professora não faz qualquer marcação no apagamento do -R e considera relevante que a aluna tenha conhecimento para argumentar a proposta da redação.

Nos dois casos é curioso notar que, em nenhuma das aulas observadas, há uma explicação consistente do que vem a ser linguagem formal e informal, bem como, não há uma explanação a respeito dos traços da oralidade na escrita das redações dos alunos. A primeira professora, por exemplo, pressupõe que o aluno já tenha esse conhecimento de normas. Carlos Alberto Faraco (2008) argumenta que

Os diferentes grupos sociais se distinguem, pelas formas de língua que lhes são de uso próprio. Assim, numa sociedade diversificada e estratificada como a brasileira, haverá inúmeras normas linguísticas, como, por exemplo, normas características de comunidades rurais tradicionais, aquelas de comunidades rurais de determinada ascendência étnica, normas características de grupos juvenis urbanos, normas características de populações das periferias urbanas, e assim por diante. (...) Nesse sentido, uma norma, qualquer que seja, não pode ser compreendida apenas como um conjunto de formas linguísticas; ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas. (FARACO, 2008, p. 40-41)

A partir da fala do Carlos Alberto Faraco (2008), nota-se que a língua é diversificada e heterogênea, cada grupo social apresenta em sua fala e escrita estruturas típicas dos seus lugares de pertencimento. É importante que as salas de aula sejam lugares que promovam discussões sobre as variedades linguísticas, para que os alunos entendam que cada

comunidade possui suas respectivas estruturas linguísticas, não havendo uma que seja mais certa do que a outra. Ainda segundo Carlos Alberto Faraco (2008), determinar uma norma culta é reduzir a língua a uma "norma curta – uma concepção que apequena a língua, que encurta sua riqueza, que não percebe (por conveniência ou ignorância?) que o uso culto tem abundância de formas alternativas e não se reduz a preceitos estreitos e rígidos". (FARACO, 2008, p. 64)

Aparentemente há uma preocupação para que os alunos tenham uma boa argumentação, apresentando textos concisos e saindo do senso comum. No entanto, também é importante que eles saibam entender a sua língua em suas variedades e particularidades, de forma a não tachar a língua portuguesa em “certo e errado” e não vê-la como um conceito gramatical rígido. “A bom entendedor, meia palavra basta, e o que faz os bons entendedores é a experiência vivida da língua, não a estrutura da língua” (ILARI, 2013, p. 33). De acordo com Silvana Regina Nascimento Agostinho e Izete Lehmkuhl Coelho:

(...) o ideal seria que o aluno não visse esse aprendizado do padrão como uma imposição para ‘deixar de falar e escrever errado’, mas sim que o conhecimento de sua língua (nas diferentes variedades) fosse visto como algo sistemático e necessário para capacitá-lo a adequar as diferentes formas aos diferentes contextos de uso (local, situação, interlocutor etc.). (AGOSTINHO & COELHO, 2015, p. 110)

Com os excertos e as conversas com as professoras mostrados aqui, é evidente que a discussão em torno da variação linguística não é muito recorrente nas aulas. Por serem aulas voltadas para o ensino e produção de textos, pode-se inferir que as professoras acreditam que seus alunos já tenham esse conhecimento advindos de suas outras experiências escolares e que, de certa forma, não é tão pertinente recordá-lo.

4. Considerações finais

Com este artigo pretendeu-se elucidar as relações identitárias que perpassam os sujeitos que compõem o ambiente escolar, especificamente os professores e alunos. É possível inferir, a partir do diálogo entre as duas partes deste artigo, que a linguagem é uma marca de identidade do sujeito e que, muitas vezes essa marca se torna aparente na escrita.

Cada sujeito carrega consigo as suas particularidades, que são moldadas pelos lugares sociais que estes ocupam. Desta forma, espera-se que a relação que o professor de língua portuguesa venha a estabelecer

com seus alunos, leve em consideração a heterogeneidade de ambas as partes, mostrando a língua em suas variedades e não apenas a redimindo em conceitos rígidos e estáticos. A respeito dessa heterogeneidade linguística, Stella Maris Bortoni-Ricardo (2005) discorre que

Os alunos que chegam à escola falando ‘nós cheguemu’, ‘abrido’ e ‘ele drome’, por exemplo, têm que ser respeitados e ver valorizadas as suas peculiaridades linguístico-culturais, mas têm o direito inalienável de aprender as variantes de prestígio dessas expressões. Não se lhes pode negar esse conhecimento, sob pena de se fecharem para eles as portas, já estreitas, da ascensão social. O caminho para uma democracia é a distribuição justa de bens culturais, entre os quais a língua é o mais importante. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15)

Percebe-se que há ainda uma exigência para que o aluno utilize uma linguagem formal em seus textos, mas, não há um diálogo entre a linguagem que ele realmente utiliza em seu cotidiano e a linguagem que a escola espera dele. Stella Maris Bortoni-Ricardo (2005) enfatiza que o sujeito precisa conhecer todas as manifestações linguísticas que há na sociedade, desde a mais formal, até a menos informal; dialogando com Carlos Alberto Faraco (2008) que diz que,

O lema aqui pode ser: reflexão gramatical sem gramatiquice e estudo da norma culta/comum/*standard* sem normativismo. (...) é necessário realizar sempre uma ação reflexiva sobre a própria língua, integrando as atividades verbais e o pensar sobre elas. (FARACO, 2008, p. 157-158)

Os sujeitos estão em constante mudança, assim como a linguagem, que se modifica a partir do momento em que as pessoas se apropriam dela. Henrique Monteagudo (2011) enfatiza que a escola deve mostrar ao aluno os modos como a linguagem se apresenta, desde o estilo mais monitorado até o menos, para que o indivíduo seja capaz de reconhecê-los e saber usá-los de acordo com determinada situação social; “(...) a destreza para adaptar a fala ao contexto constitui um componente básico de competência comunicativa. (...) todos são capazes de se adaptar às situações em que se veem envolvidos”. (MONTEAGUDO, 2011, p. 30). Assim sendo, reduzir a língua a somente conceitos fechados é perder a sua enorme diversidade e riqueza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Silvana Regina Nascimento; COELHO, Izete Lehmkuhl. Concordância de 1ª pessoa do plural na escrita escolar. In: ZILLES, Ana Maria Stahl Zilles; FARACO, Carlos Alberto. (Orgs.). *Pedagogia da va-*

riação linguística: língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola, 2015.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.* São Paulo: Parábola, 2004.

_____. *Nós cheguem na escola, e agora?: sociolinguística & educação.* São Paulo: Parábola, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós.* São Paulo: Parábola, 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ILARI, Rodolfo. Reflexões sobre língua e identidade. In: BORBA, Lilian do Rocio; LEITE, Cândida Mara Britto. (Orgs.). *Diálogos entre língua, cultura e sociedade.* Campinas: Mercado de Letras, 2013.

MARTINS, André Ricardo Nunes. Linguagem como prática social. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, vol. 6, p. 31-43, 2003.

MONTEAGUDO, Henrique. Variação e norma linguística: subsídios para uma (re)visão. In: BAGNO, Marcos; XOAN, Carlos Lagares. (Orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos.* São Paulo: Parábola, 2011. p. 15-49.

PINHEIRO, Marilene Barbosa. *O apagamento do -R em formas verbais infinitivas: diferenças e semelhanças entre a escrita em meio virtual e a impressa.* Disponível em:

<http://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R1097-1.pdf>.

Acesso em: 20-07-2017.

ROMERO, Priscila. Breve estudo sobre Lev Vygotsky e o sociointeracionismo. *Educação Pública*, 28/04/2015. Disponível em:

<http://educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigos/breve-estudo-sobre-lev-vygotsky-e-o-sociointeracionismo>. Acesso em: 20-07-2017.